

À

Unidade Regional Colegiada Alto São Francisco - URC/ASF do Conselho Estadual de
Política Ambiental - COPAM

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 09803/2006/002/2018

EMPREENDIMENTO: Geraldo Alves Sobrinho / Fazenda Parizinho Matrícula 12.157 e 16.516

RECORRENTE: Geraldo Alves Sobrinho

Assunto: RECURSO ADMINISTRATIVO (Indeferimento do pedido de licença de operação corretiva - LOC)

Ilustríssimos Senhores,

GERALDO ALVES SOBRINHO,

inscrito no CPF sob o nº _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº _____, Apartamento _____, CEP _____, MG, E-mail: fiscal@tenisrecord.com.br, Telefone: (37) _____, nos termos dos artigo 40, inciso I, do Decreto nº 47.383/2018, vem, por seu(s) procurador(es) signatário(s), apresentar RECURSO ADMINISTRATIVO face à decisão de indeferimento do pedido de licença de operação corretiva - LOC publicada no Diário Oficial do Estado em 31/03/2020, pelas razões de fato e de direito que passa a expor:

1 - RAZÕES DO RECURSO

1.1 - SÍNTESE

O empreendedor, ora **RECORRENTE**, solicitou junto à Superintendência Regional De Meio Ambiente – SUPRAM ALTO SÃO FRANCISCO,

Regional Copam 30/04/2020 13:05 - 10:55:49/2020

peribio

Licença de: Operação em Caráter Corretivo para o seu empreendimento "**Geraldo Alves Sobrinho / Fazenda Parizinho Matrícula 12.157 e 16.516**", através do "preenchimento" do Formulário de Caracterização do Empreendimento - **FCE (R315397/2017)** e "obtenção" do Formulário de Orientação Básica Integrado - **FOBI (1418879/2017)** que foi entregue juntamente com a documentação exigida em **05/03/2018**, formalizando o **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 09803/2006/002/2018**.

IMPORTANTE RESSALTAR QUE O EMPREENDEDOR REQUEREU, TEMPESTIVAMENTE, A CONTINUIDADE DA ANÁLISE DO PROCESSO COM A INCIDÊNCIA DAS NORMAS PREVISTAS NA DELIBERAÇÃO NORMATIVA COPAM Nº 74/2004, NOS TERMOS DO ARTIGO 38, DA DELIBERAÇÃO NORMATIVA COPAM Nº 217/2017 QUE ENTROU EM VIGOR EM 06/03/2018.

As atividades a serem licenciadas, conforme a Deliberação Normativa COPAM nº 74/2004, são: Culturas anuais, excluindo a olericultura; Bovinocultura de leite, bubalinocultura de leite e caprinocultura de leite; Silvicultura; Produção de carvão vegetal, oriunda de floresta plantada; Cultura de cana de açúcar sem queima; Barragem de irrigação ou de perenização para agricultura sem deslocamento da população.

Conforme previsto na Deliberação Normativa COPAM nº 74/2004, **O EMPREENDIMENTO É ENQUADRADO NA CLASSE 3.**

Cumprindo a determinação do §3º, do artigo 1º, da Deliberação Normativa nº 74/2004, foram apresentados o Relatório de Controle Ambiental - RCA e seu respectivo Plano de Controle Ambiental - PCA, bem como o Plano Simplificado de Utilização Pretendida - PUP.

Não foi realizada qualquer vistoria no empreendimento.

Considerando a necessidade de continuidade de operação da atividade/empreendimento, após a formalização do processo, com a viabilidade ambiental demonstrada nos autos (especialmente pelo Relatório de Controle Ambiental - RCA e Plano de Controle Ambiental - PCA), no dia **23/03/2018** foi protocolizado um **REQUERIMENTO DE ASSINATURA DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA (TAC)** (Protocolo Regional Copam 23/03/2018 1540 R0056720/2018) que **NÃO FOI SEQUER ANALISADO** (apesar de diversas reiteraões no curso do processo).

No dia **31/03/2020** foi publicada a decisão de indeferimento do pedido de licença de operação corretiva - LOC.



No Sistema de Decisão no site da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMAD consta anexo o “**Ofício de Indeferimento/Certificado de Licença**” que expõe como fundamento do indeferimento o **Parecer Único nº 0138603/2020**:

“

O Superintendente Regional de Meio Ambiente do Alto São Francisco comunica que o referido processo administrativo foi indeferido, com base nos termos do Parecer Único nº 0138603/2020, conforme publicação na Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais no dia 31/03/2020, pág. 14, podendo os interessados interpor recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da publicação, com fundamento no art. 40 e seguintes do Decreto Estadual nº 47.383, de 02 de março de 2018.

”

Por sua vez, o referido **Parecer Único nº 0138603/2020** fundamenta a sua sugestão pelo indeferimento **unicamente** com base na **falta de apresentação de EIA - Estudo de Impacto Ambiental / RIMA – Relatório de Impacto Ambiental**:

“

Nota-se, que a atividade de barragem de irrigação ou de perenização para agricultura sem deslocamento de população com área de inundação de 29,5 hectares exigiria a apresentação de EIA/RIMA, nos termos do art.2º, VII da Resolução CONAMA nº 01/1996, sendo, este, portanto, um vício insanável do presente processo. Caso fosse apresentado o EIA/RIMA, todas as atividades listadas deveriam estar nele contempladas, o que dispensaria a apresentação do RCA, visto que o empreendimento é considerado, a princípio, como causador de significativo impacto ambiental, o que incidiria na compensação prevista no art.36 da Lei Federal nº 9.985/2000.

Diante do exposto, não há como se aferir tecnicamente a viabilidade ambiental e locacional do empreendimento conforme proposto.

”

A pessoa responsável pela elaboração do referido parecer qualificou a falta de apresentação do **EIA/RIMA** como “*vício insanável*”.

Certo é que a r. decisão deve ser reformada *in totum* por esta Unidade pelas razões que serão adiante expostas.

1.2 - DA TEMPESTIVIDADE E DO RECOLHIMENTO DA TAXA DE EXPEDIENTE

O **REQUERENTE** não foi intimado da decisão nos moldes determinados pela Lei Estadual nº 14.184/2002 que dispõe sobre o processo administrativo no âmbito estadual.

Quanto à comunicação dos atos processuais, dentre outras regras, a referida norma assim dispõe:

Art. 37 – O interessado será intimado pelo órgão em que tramitar o processo para ciência da decisão ou da efetivação de diligência.
(...)

§ 3º – A intimação será feita por meio idôneo, de modo a assegurar ao interessado certeza quanto ao conteúdo do ato praticado.

§ 4º – No caso de se tratar de **interessado desconhecido ou incerto**, ou **que se encontre em lugar ignorado ou inacessível**, a intimação será feita por meio de publicação oficial.

Ressalte-se, portanto, que a publicação no diário oficial não tem o condão de conferir ciência ao interessado acerca da decisão, haja vista que a lei de regência processual contém norma especial, que determina a intimação pessoal.

Ademais, a própria lei no § 4º do artigo 37 acima transcrito elenca os casos em que a publicação oficial dispensa a intimação pessoal, a saber: **interessado desconhecido ou incerto, ou que se encontre em lugar ignorado ou inacessível**.

Quanto à contagem dos prazos processuais, o § 3º, do artigo 44, do Decreto nº 47.383/2018, diz que se dará conforme disposto na Lei nº 14.184/2002 que assim dispõe:

Art. 59 – Os prazos começam a correr a partir do dia da ciência oficial do interessado, excluindo-se da contagem o dia do começo e incluindo-se o do vencimento.

Registre-se, ainda, que “publicação oficial” não equivale a “ciência oficial” a que a norma faz referência.

Assim, o marco inicial de contagem do prazo para interpor recurso sequer se iniciou já que não fora intimado pessoalmente.

Ressalte-se, ainda, que o artigo 5º, do Decreto nº 47.890/2020, suspendeu os prazos de processos administrativos (de qualquer espécie ou natureza).

Como já dito, a publicação no diário oficial não tem o condão de conferir ciência ao interessado acerca da decisão, no entanto, ainda que se tome por base a data da publicação no **Diário Oficial do Estado em 31/03/2020**, considerando a suspensão dos prazos processuais promovidas pelo Decreto nº 47.890/2020, o recurso é tempestivo tendo por termo final a data de **12/05/2020**.

Com relação ao recolhimento integral da taxa de expediente prevista no item 6.22.1 da Tabela A do Regulamento das Taxas Estaduais – RTE, este foi promovido através do Documento de Arrecadação Estadual - DAE nº **43.010030846-84** com autenticação **1 2354 29042020 724102 55674** conforme comprovantes anexos.

2 - RAZÕES DA REFORMA DA DECISÃO.

O indeferimento do pedido de licença de operação corretiva - LOC se deu, **unicamente**, com base na **falta de apresentação do EIA/RIMA**, no entanto, a apresentação

dos referidos documentos não é exigível nesse caso e ainda que fosse, não foi exigida no Formulário de Orientação Básica Integrado – FOBI.

No dia 04/04/2018, o empreendedor requereu, tempestivamente, a continuidade da análise do processo com a incidência das normas previstas na Deliberação Normativa COPAM nº 74/2004, nos termos do artigo 38, da deliberação normativa COPAM nº 217/2017 que entrou em vigor em 06/03/2018. Essa informação consta no já referido Parecer Único nº 0138603/2020:

“

o empreendedor se manifestou pela manutenção do processo nos parâmetros da Deliberação Normativa COPAM nº 74, de 2004, conforme autoriza o art.38, inciso III da Deliberação Normativa COPAM nº 217, de 2017, que classificava o empreendimento como de médio porte e médio potencial poluidor.

”

Nos exatos termos do §3º, do artigo 1º, da Deliberação Normativa COPAM nº 74/2004 a **única condição para obtenção da Licença de Operação Corretiva - LOC das atividades agrossilvipastoris da classe 3** (em que se enquadra o empreendimento do **RECORRENTE**) é a **apresentação de Relatório de Controle Ambiental - RCA e Plano de Controle Ambiental - PCA** e esses documentos foram entregues.

No ordenamento jurídico nacional a legislação federal traça as normas gerais enquanto as leis estaduais e municipais especificam-nas, cuidando das particularidades e características regionais.

Assim, conforme determina a Resolução CONAMA 237/97, **os Órgãos Estaduais de Meio Ambiente tem o poder de definir os critérios de exigibilidade, de detalhamento e de complementação dos Estudos Ambientais**, conforme a natureza, o porte e as particularidades de cada empreendimento, com base na legislação federal e estadual.

Apesar de a Resolução CONAMA 01/86 em seu artigo 2º listar os casos de empreendimentos ou atividades sujeitas ao EIA e ao RIMA, nos temos da Resolução CONAMA 237/97 bem como pelas disposições da Lei Complementar nº 140/2011 que traz as atribuições de licenciamento ambiental por cada ente federativo, **cabe ao órgão ambiental competente identificar essas atividades e estabelecer os métodos, exigências e/ou requisitos para obtenção de licença.**

O ESTADO DE MINAS GERAIS ATRAVÉS DO SEU CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL – COPAM, POR MEIO DA DELIBERAÇÃO NORMATIVA COPAM Nº 74/2004, ESPECIFICAMENTE NO § 3º,

DO SEU ARTIGO 1º, DISPOS QUE NÃO EXIGIRIA EIA - ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL / RIMA – RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL PARA LICENCIAMENTO DAS ATIVIDADES AGROSSILVIPASTORIS DAS CLASSES 3 E 4.

Ainda que o **EIA / RIMA** fossem exigíveis, a sua falta não era motivo para indeferimento sumário, sabemos que o FOBI é um dos principais documentos para o licenciamento ambiental no estado de Minas Gerais, pois, somente a partir dele que o empreendedor toma conhecimento de quais serão os estudos e requisitos ambientais são cobrados para obtenção das suas licenças, conforme disposição constante no parágrafo único do artigo 1º, da Resolução SEMAD nº 412/2005.

A importância do FOBI é diretamente associada à subjetividade que permeia a regulação nacional do meio ambiente, afinal de contas, as exigências não deveriam ser uma surpresa para ninguém se os métodos, exigências e/ou requisitos para cumprimento das leis ambientais fossem claros e objetivos. Porém, infelizmente, ainda temos um conjunto normativo confuso e, portanto, só temos uma garantia real do que será exigido no licenciamento ambiental a partir da emissão do FOBI.

Ademais, o artigo 3º da referida Resolução SEMAD nº 412/2005 é muito claro ao dispor que **não ocorrerá a formalização do processo se a documentação exigida não for entregue integralmente:**

Art. 3º - Não ocorrerá formalização de processo caso os documentos constantes do Formulário de Orientação Básica Integrado – FOBI não sejam entregues, integralmente, devendo-se devolver ao interessado toda a documentação, acompanhada de ofício do órgão ambiental com as justificativas e orientações pertinentes.

No presente caso não há qualquer dúvida quanto à formalização do processo, assim consta no parecer único:

No dia 05/03/2018, diante do recibo de entrega de documentos nº 195823/2018 foi formalizado o processo de licenciamento na modalidade LOC nº 09803/2006/002/2018.

Ora, se o processo foi formalizado, necessariamente, implica concluir que toda a documentação exigida foi entregue, motivo pelo qual o indeferimento não pode ser sustentado na falta de documento que sequer foi exigido.

O processo, em qualquer âmbito do poder estatal, não configura um fim em si mesmo, mas sim instrumento para obtenção de resultado pretendido de acordo com



a lei, desse modo, ainda que faltasse documento exigível, como já exposto, não caberia indeferimento sumário. Na pior das hipóteses, deveria ocorrer a reorientação do processo com a notificação do empreendedor por ofício de solicitação de informações complementares e/ou para protocolo de nova caracterização do empreendimento nos termos da Instrução de Serviço Sisema nº 01/2018 que estabelece os procedimentos para aplicação da Deliberação Normativa COPAM nº 217 de 06 de dezembro de 2017.

Portanto, o indeferimento do pedido de licença de operação corretiva - LOC com base na **falta de apresentação** de EIA - Estudo de Impacto Ambiental / RIMA - Relatório de Impacto Ambiental é ilegal e abusivo, motivo pelo qual a decisão precisa ser reformada.

Ademais, diante da protocolização de requerimento de Assinatura de TAC feita há mais de 2 (dois) anos com diversas reiteraões no curso do processo e tendo a viabilidade ambiental do empreendimento demonstrada nos autos (especialmente pelo Relatório de Controle Ambiental - RCA e Plano de Controle Ambiental - PCA), deve ser oportunizada a ASSINATURA DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA (TAC) possibilitando a continuidade de operação da atividade/empreendimento concomitantemente ao procedimento de licenciamento em caráter corretivo até que obtenha a licença.

4 - DOS PEDIDOS

Assim, por todo o exposto, requer que o presente **RECURSO** seja recebido, tenha analisado o atendimento das condições previstas na legislação de regência e que seja encaminhado à autoridade superior, representada pela **Unidade Regional Colegiada Alto São Francisco - URC/ASF**, para que:

a) Seja **REFORMADA A DECISÃO DE INDEFERIMENTO** do pedido de licença de operação corretiva - LOC;

b) Com a reforma da decisão, seja determinada a retomada da **ANÁLISE DO PROCESSO DE LICENCIAMENTO COM A INCIDÊNCIA DAS NORMAS PREVISTAS NA DELIBERAÇÃO NORMATIVA COPAM Nº 74/2004**;

c) Seja oportunizada a **ASSINATURA DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA (TAC)** possibilitando a continuidade de operação da

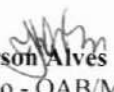


atividade/empreendimento concomitantemente ao procedimento de licenciamento em caráter corretivo até que obtenha a licença.

Termos em que
Pede deferimento.

Nova Serrana, MG, 30 de abril de 2020.

Geraldo Alves Sobrinho


João Daiverson Alves De Lima Silva
Advogado - OAB/MG 126.276

LISTA DE DOCUMENTOS QUE ACOMPANHAMO RECURSO

Anexo I – Instrumento de procuração;

Anexo II – Comprovação do recolhimento integral da taxa de expediente prevista no item 6.22.1 da Tabela A do Regulamento das Taxas Estaduais – RTE;

Anexo III – Cópia do Requerimento de Assinatura de TAC (Protocolo Regional Copam 23/03/2018 1540 R0056720/2018);

Anexo IV – Cópia do Requerimento de continuidade da análise do processo com a incidência das normas previstas na deliberação normativa COPAM nº 74/2004

Anexo I

- Instrumento de procuração

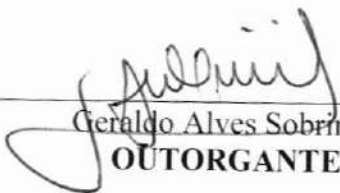
PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: **GERALDO ALVES SOBRINHO**, brasileiro, casado, produtor rural, portador da cédula de identidade RG _____ expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF sob o nº _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº _____, Apartamento _____, em _____, Minas Gerais, CEP _____

OUTORGADO(S): **JOÃO DAIVERSON ALVES DE LIMA SILVA**, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/MG sob o nº 126.276 e no CPF sob o nº _____
FÁBIA TAVARES DA SILVA, brasileira, advogada, inscrita na OAB/MG sob o nº 139.311 e CPF sob o nº _____, ambos com escritório na Rua _____, nº _____, Bairro _____, em Nova Serrana, Minas Gerais, CEP _____

PODERES: Confere os poderes *ad e extra judicia*, para, em nome do **OUTORGANTE**, em qualquer grau de jurisdição, ou fora dele, defender seus interesses, podendo propor contra quem de direito as ações competentes e defender os interesses do outorgante nas contrárias, seguindo umas e outras, até final decisão, utilizando todos os meios processuais e recursos disponíveis no ordenamento jurídico e acompanhando-os, conferindo-lhe(s), ainda, os poderes especiais ressalvados pelo artigo 105 do Código de Processo Civil, para transigir; negociar; desistir; renunciar; reconhecer a procedência do pedido; reconvir; confessar; firmar compromissos ou acordos; assinar documentos; receber e dar quitação; assinar declaração de hipossuficiência econômica; obter informações de interesse do **OUTORGANTE** e representá-lo junto quaisquer entes ou entidades, órgãos e agentes da Administração Pública, cartórios em geral, bancos e concessionárias de serviços públicos; podendo substabelecer com ou sem poderes; em especial para representá-lo nos autos do **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 09803/2006/002/2018**.

Nova Serrana, 30 de abril de 2020.



Gerald Alves Sobrinho
OUTORGANTE

TEM FE PÚBLICA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL 09280868

SENTE-SE JUNTAMENTE COM O JUIZ DE DIREITO PARA TODOS OS FIMES, EXCETO PARA O FIM DE RECONHECIMENTO DE ASSINATURAS



ASSINATURA DO PORTADOR



09280868

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
CONSELHO SECCIONAL DE MINAS GERAIS
IDENTIDADE DE ADVOGADO

NOME
JOAO DAIVERSON ALVES DE LIMA SILVA

FILIAÇÃO
MANOEL MESSIAS ALVES DA SILVA
MARIA LUCIA ALVES DE LIMA SILVA

NATURALIDADE
POMPEU-MG

DATA DE NASCIMENTO
30/12/1985

RG
MG-16.750.983 - SSP/MG

CPF
022.996.536-36

DATA DE EXPIRAÇÃO
31/12/2010


NÃO

ASSINATURA DO PRESIDENTE

126276

Anexo II

- Comprovação do recolhimento integral da taxa de expediente prevista no item 6.22.1 da Tabela A do Regulamento das Taxas Estaduais – RTE

 SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MINAS GERAIS DOCUMENTO DE ARRECAÇÃO ESTADUAL -			Validade 30/04/2020		Tipo de Identificação 1 - INSCRIÇÃO ESTADUAL 2 - INSCRIÇÃO DE PRODUTOR RURAL 3 - CNPJ 4 - CPF 5 - OUTROS 6 - RENAVAM	
Nome: GERALDO ALVES SOBRINHO			Tipo 4		Número Identificação	
Endereço:			Código Município 452		Mês Ano de Referência 01 a 30/04/2020	
Município: NOVA SERRANA		UF: MG	Telefone		Nº Documento (autuação, dívida ativa e parcelamento) 4301003084684	
Histórico: Órgão: SECRETARIA ESTADO MEIO AMBIENTE E Serviço: ANÁLISE DE RECURSO INTERPOSTO - INDEFERIMENTO Receita 1081-9 TAXA EXPEDIENTE - SEMAD Valor 556,74 TOTAL 556,74 Informações Complementares: PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 09603/2006/002/2018						
Em caso de dúvida quanto ao DAE procure a(o) SECRETARIA ESTADO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL Pague nos bancos: BRADESCO - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - MERCANTIL DO BRASIL - SANTANDER - SICOOB Pague também nos correspondentes bancários: Agências Lotéricas, MaisBB e Banco Postal Sr. Caixa, este documento deve ser recebido exclusivamente pela leitura do código de barras ou linha digitável. Linha Digitável: 85610000005 3 56740213200 3 43012430100 2 30846840137 4						
Autenticação			TOTAL		R\$ 556,74	

DAE MOD.06.01.11

85610000005 3 56740213200 3 43012430100 2 30846840137 4



 SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MINAS GERAIS DOCUMENTO DE ARRECAÇÃO ESTADUAL -			Validade 30/04/2020		Tipo de Identificação 1 - INSCRIÇÃO ESTADUAL 2 - INSCRIÇÃO DE PRODUTOR RURAL 3 - CNPJ 4 - CPF 5 - OUTROS 6 - RENAVAM	
Nome: GERALDO ALVES SOBRINHO			Tipo 4		Número Identificação	
Endereço:			Código Município 452		Número do Documento 4301003084684	
Município: NOVA SERRANA		UF: MG	Telefone		Receita R\$ 556,74	
Autenticação			Multa R\$		Juros R\$	
			TOTAL		R\$ 556,74	

DAE MOD.06.01.11

SISBB - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL
29/04/2020 - AUTOATENDIMENTO - 17.46.19
2354X02354 SEGUNDA VIA 0003

COMPROVANTE DE PAGAMENTO

CLIENTE: GERALDO A SOBRINHO

AGENCIA: CONTA:

Convenio SECRET. FAZENDA MG

Codigo de Barras 85610000005-3 56740213200-3

43012430100-2 30846840137-4

Data do pagamento 29/04/2020

Valor Total 556,74

DOCUMENTO: 042902

AUTENTICACAO SISBB: F.C42.7D2.4F1.CFB.D02



SECRETARIA DE ESTADO DE
FAZENDA DE MINAS GERAIS

Comprovante de Pagamento das Receitas

Nome
GERALDO ALVES SOBRINHO

Endereço

Município:
CABACEIRAS DO PARAGUACU

UF:
MG

Telefone

Data do Vencimento
30/04/2020

Data do Pagamento
29/04/2020

Tipo de Identificação
4 - CPF

Número

Código Município (para produtor rural e não inscrito)
452

Mês/Ano de Referência
2020

Nº Documento (autuação, dívida ativa e parcelamento)
43.010030846-84

Histórico

Órgão: SECRETARIA ESTADO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL
Serviço: ANALISE DE RECURSO INTERPOSTO - INDEFERIMENTO LICENÇA
Valores Pagos:
1081-9 - TAXA DE EXPEDIENTE - SEMAD Valor: R\$ 556,74

Autenticação

1 2354 29042020 724102 55674

TOTAL

R\$

556,74

Anexo III

- Cópia do Requerimento de Assinatura de TAC (Protocolo Regional Copam 23/03/2018 1540 R0056720/2018)

À

Superintendência Regional de Meio Ambiente Alto São Francisco



Processo Administrativo Nº 09803/2006/002/2018

Empreendedor: **GERALDO ALVES SOBRINHO**

Empreendimento: **GERALDO ALVES SOBRINHO / FAZENDA PARIZINHO**
MATRÍCULA 12157 E 16516

Ilustríssimo (a) Senhor (a) Superintendente Regional de Meio Ambiente,

GERALDO ALVES SOBRINHO, produtor rural, inscrito no CPF sob o Nº _____, residente e domiciliado na Rua _____ nº _____, Apartamento _____, CEP _____, _____ MG, doravante denominado **REQUERENTE** vem expor e requerer o seguinte:

O **REQUERENTE** iniciou o procedimento de licenciamento ambiental do referido empreendimento, em caráter corretivo, conforme consta no FCEI protocolado em **20/12/2017** que gerou o FOBI na mesma data.

O processo de Licenciamento Ambiental foi formalizado através do **Recibo de Entrega de Documentos Nº 0195823/2018 de 05/03/2018** gerando o processo em epígrafe - **LOC-LICENCA DE OPERACAO EM CARATER CORRETIVO nº 09803/2006/002/2018** nesta Superintendência Regional de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Alto São Francisco (SUPRAM-ASF).

Considerando que o § 1º do artigo 32 do Decreto Estadual nº 47.383/2018 condiciona a continuidade de operação da atividade ou do empreendimento concomitantemente ao procedimento de licenciamento em caráter corretivo à assinatura de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com o órgão ambiental **requer-se**, portanto, a **celebração e assinatura do referido TAC**.

Ressalte-se que a viabilidade ambiental do empreendimento pode ser verificada através dos documentos que já instruem esse processo, principalmente através do RCA - Relatório de Controle Ambiental Acompanhado; da(s) Declaração(ões) da(s) Prefeitura(s) Municipal(is) informando que o local e o tipo de instalação estão em conformidade com as leis e regulamentos do município, do Certificado de Regularidade do Cadastro Técnico Federal e do PCA - Plano de Controle Ambiental.

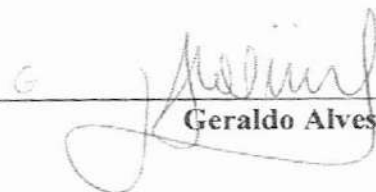
O **REQUERENTE** e se coloca à disposição desse órgão para eventuais esclarecimentos ou entrega de documentos adicionais bem como para a adoção de quaisquer procedimentos que entenda necessários.

Assim, considerando que **há necessidade de continuidade de operação da atividade/empreendimento**, que o processo já foi devidamente formalizado, que se encontra em trâmite regular na SUPRAM-ASF e que a **viabilidade ambiental do empreendimento encontra-se comprovada** nestes autos, **REQUER-SE:**

a) a ASSINATURA DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA (TAC) possibilitando a continuidade de operação da atividade/empreendimento concomitantemente ao procedimento de licenciamento em caráter corretivo até que obtenha a licença.

Termos em que
Pede deferimento.

Nova Serrana, MG, 20 de março de 2018.



Geraldo Alves Sobrinho

R. Marcelo,

Para pré-análise/sancionamento.

Att.



Assunto: Fwd: TAC - GERALDO ALVES / PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 09803/2006/002/201
De: MATEUS SANTIAGO <mateusdeltaengenharia@gmail.com>
Data: 28/08/2019 14:45
Para: fiscal@tenisrecord.com.br
CC: geraldo@tenisrecord.com.br, avair Tenis Record <avair@tenisrecord.com.br>, juniodeltaengenharia@gmail.com, carladeltaengenharia@gmail.com

Prezados,
Boa tarde!

Segue abaixo a resposta do Superintendente SUPRAM/ASF, sobre a assinatura do TAC.

Atenciosamente,
Mateus Santiago

----- Forwarded message -----

De: Rafael Rezende Teixeira <rafael.teixeira@meioambiente.mg.gov.br>
Date: qua, 28 de ago de 2019 às 14:36
Subject: Re: TAC - GERALDO ALVES / PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 09803/2006/002/201
To: MATEUS SANTIAGO <mateusdeltaengenharia@gmail.com>

Prezados,

O referido processo foi encaminhado para pré análise jurídica. Após esta, estando este na área técnica, avaliamos a viabilidade de assinatura do termo. O solicitante será informado.

Atenciosamente,



Rafael Rezende Teixeira
Superintendência Regional de Meio Ambiente - Superintendente
37 3229.2800 - rafaell.teixeira@meioambiente.mg.gov.br
Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - Sisema
Supram Alto São Francisco
www.meioambiente.mg.gov.br

-----MATEUS SANTIAGO <mateusdeltaengenharia@gmail.com> escreveu: -----

Para: Rafael Rezende Teixeira <rafael.teixeira@meioambiente.mg.gov.br>

De: MATEUS SANTIAGO <mateusdeltaengenharia@gmail.com>

Data: 23/08/2019 04:53 PM

cc: juniodeltaengenharia@gmail.com, fiscal@tenisrecord.com.br,
geraldo@tenisrecord.com.br, avair Tennis Record <avair@tenisrecord.com.br>,
carladeltaengenharia@gmail.com, guilherme.santos@meioambiente.mg.gov.br,
jose.bueno@meioambiente.mg.gov.br

Assunto: Re: TAC - GERALDO ALVES / PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 09803/2006 /002/201

Sr. Rafael,

Boa tarde!

Conforme reunião ocorrida em 23/07 as 15:00 sobre a regularização ambiental do empreendimento GERALDO ALVES SOBRINHO CPF.: - FAZENDA PARIZINHO MATRÍCULA 12157 E 16516 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 09803/2006/002/2018, tendo em vista que o processo se encontra formalizado desde 05/03/2018 e o empreendimento vem sendo constantemente fiscalizado em virtude do licenciamento ambiental.

Desta forma, o empreendimento requereu assinatura de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) em 23/03/2018 (Protocolo Regional Copam 23/03/2018 15:40 R0056720/2018).

A reunião ocorrida em 23/07 visou o informações sobre a viabilidade técnica/jurídica sobre o pleito do TAC,

Conforme vosso e-mail datado de 01/08/2019, informou que seria encaminhado para uma pré análise jurídica / análise técnica, e após estas etapas (análises) se seria possível a viabilidade do TAC.

Sabemos do contingente de pessoal reduzido para a execução dos trabalhos e também das demandas do órgão ambiental, no entanto o empreendimento esta sem o devido licenciamento ou ate mesmo o TAC, visto que com frequência esta sendo alvo de fiscalizações ambientais, e consequentemente sendo lavrados autos de infrações, gerando multas de valores consideráveis, inviabilizado o prosseguimento da atividade agrícola e pecuária.

Assim solicitamos cordialmente a apreciação deste processo.

Agradecemos.

Atenciosamente,

Mateus Santiago
(37)98842-8656

Em qui, 1 de ago de 2019 às 10:31, Rafael Rezende Teixeira
<rafael.teixeira@meioambiente.mg.gov.br> escreveu:

Prezados,

O processo é encaminhado para pré análise jurídica (setor onde se encontra) antes da análise técnica. Quando atribuído ao gestor técnico, este fará um trabalho de análise para viabilização do TAC e das informações complementares.

Atenciosamente,



Rafael Rezende Teixeira

Superintendência Regional de Meio Ambiente - Superintendente

37 3229.2800 - rafael.teixeira@meioambiente.mg.gov.br

Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - Sisema

Supram Alto São Francisco

www.meioambiente.mg.gov.br

-----MATEUS SANTIAGO <mateusdeltaengenharia@gmail.com> escreveu: -----

Para: rafael.teixeira@meioambiente.mg.gov.br

De: MATEUS SANTIAGO <mateusdeltaengenharia@gmail.com>

Data: 01/08/2019 09:02 AM

cc: juniodeltaengenharia@gmail.com, fiscal@tenisrecord.com.br,

gerald@tenisrecord.com.br, avair@tenisrecord.com.br,

carladeltaengenharia@gmail.com

Assunto: TAC - GERALDO ALVES / PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 09803/2006 /002/201

Sr. Rafael,

Bom dia!

Conforme reunião ocorrida em 23/07 as 15:00 sobre a regularização ambiental do empreendimento GERALDO ALVES SOBRINHO CPF.: - FAZENDA PARIZINHO MATRÍCULA 12157 E 16516 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 09803/2006/002/2018, tendo em vista que o processo se encontra formalizado desde 05/03/2018 e o empreendimento vem sendo constantemente fiscalizado em virtude do licenciamento ambiental.

Desta forma, o empreendimento requereu assinatura de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) em 23/03/2018 (Protocolo Regional Copam 23/03/2018 15:40 R0056720/2018).

A reunião ocorrida em 23/07 visou o informações sobre a viabilidade

técnica/jurídica sobre o pleito do TAC.

Mediante acordou se que o assunto seria analisado e informado sobre o andamento do processo, assim solicitamos informações sobre esta demanda.

Agradecemos.

Atenciosamente,

--

DELTA
ENGENHARIA

MATEUS SANTIAGO DA SILVA

CREA-MG : 160.167/D

Eng. Civil

Eng. Ambiental e Sanitarista
Eng. de Segurança do Trabalho

37 98842 - 8656

mateusdeltaengenharia@gmail.com

DELTAENGENHARIABRASIL.COM.BR

DELTA
ENGENHARIA

MATEUS SANTIAGO DA SILVA

CREA-MG : 160.167/D

Eng. Civil

Eng. Ambiental e Sanitarista
Eng. de Segurança do Trabalho

37 98842 - 8656

mateusdeltaengenharia@gmail.com

DELTAENGENHARIABRASIL.COM.BR

DELTA
ENGENHARIA

MATEUS SANTIAGO DA SILVA

CREA-MG : 160.167/D

Eng. Civil

Eng. Ambiental e Sanitarista
Eng. de Segurança do Trabalho

37 98842 - 8656

mateusdeltaengenharia@gmail.com

DELTAENGENHARIABRASIL.COM.BR

Nova Serrana, 30 de Agosto de 2019.

À

SUPRAM - ASF

A/C: Sr. Rafael Rezende Teixeira

Superintendente

Rua Bananal, 549 – Vila Belo Horizonte – Divinópolis/MG – 35502-034

Tel: (37) 3229.2800 E-mail: supram-asf@meioambiente.mg.gov.br

REF.: DECLARAÇÃO DO ANDAMENTO DE PROCESSO (STATUS).

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 09803/2006/002/2018

Prezado senhor,

GERALDO ALVES SOBRINHO, produtor rural, inscrito no **CPF nº** _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº _____ – apartamento nº _____ – município de _____ – MG – CEP.: _____, sócio/proprietário rural denominada **Fazenda Parizinho, Parizinho de Baixo e São Simão de baixo, (Matricula 12.157 e 16.516)**, respectivamente no município de Quartel Geral e Abaeté.

Existe formalizado nesta Superintendência Regional de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Alto São Francisco (SUPRAM/ASF) o processo de licenciamento ambiental, através do Recibo de Entrega de Documentos nº **0195823/2018** de 05/03/2018, Processo Administrativo nº **09803/2006/002/2018**.

Foi feito o ofício de pedido da necessidade de assinatura de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), viabilizando a continuidade de operação das atividades do empreendimento, protocolado em 23/03/2018, R0056720/2018.

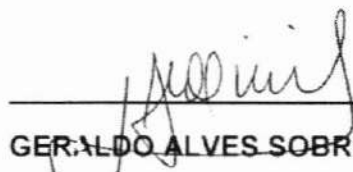
Salientamos ainda que frequentemente o empreendimento vem recebendo fiscalizações da polícia ambiental e da Supram-ASF.

Mediante a existência do processo formalizado supra citado, viemos ao Senhor Superintendente **REQUERER** o andamento do processo.

Termos em que pede deferimento.

Na certeza de sermos bem recebidos e prontamente atendidos em nosso pedido, antecipadamente agradecemos.

Atenciosamente,



GERALDO ALVES SOBRINHO
CPF: _____

Anexo IV

- Cópia do Requerimento de continuidade da análise do processo com a incidência das normas previstas na deliberação normativa COPAM nº 74/2004

Nova Serrana, 04 de Março de 2018.

Á

SUPRAM - ASF

A/C: Sr. Rafael Rezende Teixeira

Superintendente

Rua Bananal, 549 – Vila Belo Horizonte – Divinópolis/MG – 35502-034

Tel: (37) 3229.2800 E-mail: supram-asf@meioambiente.mg.gov.br

REF.: REQUERIMENTO DE ENQUADRAMENTO DE CLASSE ATRAVES NA
DELIBERAÇÃO NORMATIVA Nº 74, DE 09 DE SETEMBRO DE 2004.

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 09803/2006/002/2018

Prezado senhor,

GERALDO ALVES SOBRINHO, produtor rural, inscrito no CPF nº _____,
residente e domiciliado na Rua _____ nº _____ – apartamento nº _____,
município de _____ – MG – CEP.: _____, sócio/proprietário rural
denominada **Fazenda Parizinho, Parizinho de Baixo e São Simão de baixo**,
(Matricula 12.157 e 16.516), respectivamente no município de Quartel Geral e
Abaeté.

Existe formalizado nesta Superintendência Regional de Meio Ambiente e
Desenvolvimento Sustentável do Alto São Francisco (SUPRAM/ASF) o processo de
licenciamento ambiental, através do Recibo de Entrega de Documentos
nº **0195823/2018** de 05/03/2018, Processo Administrativo nº **09803/2006/002/2018**.

Mediante a existência do processo formalizado supra citado, viemos ao Senhor
Superintendente **REQUERER** a classificação segundo o porte, potencial poluidor e
análise deste processo de regularização ambiental através da Deliberação Normativa
COPAM nº 74, de 9 de setembro de 2004.

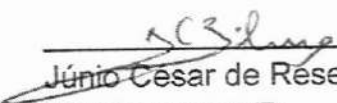
O requerimento baseia-se através da Deliberação Normativa Copam nº 217, de 06 de dezembro de 2017 em seu Art.38, itens I, II e III.



Termos em que pede deferimento.

Na certeza de sermos bem recebidos e prontamente atendidos em nosso pedido, antecipadamente agradecemos.

Atenciosamente,


Júlio César de Resende Silva
CREA:138443/D
CPF _____
Procurador